

CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

1 of 3

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1,85	0,00	PASSIVO CIRCULANTE		52.069,77	4.450,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1,85	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		483,00	483,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1,85	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		483,00	483,00
CONTA ÚNICA	F	1,85	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	483,00	483,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		235.350,26	231.539,62	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		51.586,77	3.967,65
IMOBILIZADO		235.350,26	231.539,62	VALORES RESTITUÍVEIS		51.586,77	3.967,65
BENS MÓVEIS		128.130,28	124.319,64	CONSIGNAÇÕES	F	49.647,91	2.028,79
BENS DE INFORMÁTICA	P	3.700,00	3.700,00	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	1.938,86	1.938,86
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	2.924,40	1.404,40	TOTAL PASSIVO		52.069,77	4.450,65
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	8.894,30	7.004,30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	112.611,58	112.210,94	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS IMÓVEIS		107.219,98	107.219,98	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		183.282,34	227.088,97
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	107.219,98	107.219,98	RESULTADOS ACUMULADOS		183.282,34	227.088,97
TOTAL		235.352,11	231.539,62	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		183.282,34	227.088,97
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-43.806,63	17.514,25
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	227.088,97	212.574,72
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	0,00	-3.000,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		183.282,34	227.088,97
				TOTAL		235.352,11	231.539,62



CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO
BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO

2 of 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO	1,85	0,00	PASSIVO FINANCEIRO (52.069,77)+ Restos não Processado(0,00)	52.069,77	4.450,65
ATIVO PERMANENTE	235.350,26	231.539,62	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	183.282,34	227.088,97



CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

3 of 3

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	62.678,74	54.678,74
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	62.678,74	54.678,74
			TOTAL	62.678,74	54.678,74



CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2019)

1 of 1

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1,85	0,00	PASSIVO CIRCULANTE	52.069,77	4.450,65
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1,85	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	483,00	483,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1,85	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	483,00	483,00
CONTA ÚNICA	1,85	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	483,00	483,00
TOTAL	1,85	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	51.586,77	3.967,65
			VALORES RESTITUÍVEIS	51.586,77	3.967,65
			OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	1.938,86	1.938,86
			CONSIGNAÇÕES	49.647,91	2.028,79
			TOTAL	52.069,77	4.450,65

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONOR JOSE DOS REIS NETO
 Acesso em: https://eic:ice.pe.gov.br/ep/validaDoc:seam Código do documento: ed3ece4c-1bd2-4829-a430-4094ff311cbb



CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Dezembro(31/12/2019)

1 of 1

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	235.350,26	231.539,62			
IMOBILIZADO	235.350,26	231.539,62			
BENS MÓVEIS	128.130,28	124.319,64			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.924,40	1.404,40			
BENS DE INFORMÁTICA	3.700,00	3.700,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.894,30	7.004,30			
DEMAIS BENS MÓVEIS	112.611,58	112.210,94			
BENS IMÓVEIS	107.219,98	107.219,98			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	107.219,98	107.219,98			
TOTAL	235.350,26	231.539,62			

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA MADALENA DE OLIVEIRA, ANTONOR JOSE DOS REIS NETO
 Acesso em: https://eicce.ce:pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento:ed3ce4c-1bd2-4829-a430-40947f311cbb



CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2019)

1 of 1

ISOLADO:2 - CAMARA MUNICIPAL DE JOAQUIM NABUCO

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)	0,00	-3.066,51
001	Ordinario	0,00	-3.066,51
01	RECURSOS ORDINARIOS (ORDINÁRIO)	-481,15	-901,14
001	Ordinario	-481,15	-901,14
09	RECURSOS DESTINADOS A CÂMARA (ORDINÁRIO)	0,00	-483,00
001	Ordinario	0,00	-483,00
44	EXTRAORÇAMENTÁRIOS (ORDINÁRIO)	-51.586,77	0,00
900	Extraorçamentários	-51.586,77	0,00
TOTAL		-52.067,92	-4.450,65





NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAQUIM NABUCO
CNPJ: 11.530.599/0001-91
Domicílio da entidade: PRAÇA DOM LUIZ DE BRITO, 39, CENTRO DE JOAQUIM NABUCO
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Câmara Municipal de Vereadores de Joaquim Nabuco concebido quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 "Órgão Público do Poder Legislativo" possui como atividade principal "Administração pública em geral". Durante o exercício de 2019 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.114 de 01 de novembro de 2018 (LOA 2019). Sua fonte financeira deriva da transferência de recursos do duodécimo pelo governo municipal, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; Da lei nº 1.113/2018 de 21/11/2018, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021; Lei 1.111/2018 de 30/08/2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2019; Lei 1.114/2018 de 21/11/2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Joaquim Nabuco para o exercício de 2019;
Dados do Gestor: Nome: ANTENOR JOSÉ DOS REIS NETO Cargo: Vereador Presidente Período da Gestão: 01/01/2019 a 31/12/2020
Portal: www.camarajoaquimnabuco.pe.gov.br .

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).
--



A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público:

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Joaquim Nabuco integra a Prestação de Contas Anual da Presidente da Câmara de Vereadores e refere-se às ações governamentais executadas pela Câmara Municipal de Vereadores Direta, integrante do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos práticos, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.joaquimnabuco.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2019 foi feita no Sistema de Integrado de Contabilidade Pública – SCPI em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislação em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Joaquim Nabuco, referente ao exercício financeiro de 2019 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

Bases de mensuração utilizadas:

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Créditos a Curto Prazo:

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Perdas Estimadas de Créditos a Curto e Longo Prazo:



<p>Considerando que é inerente aos créditos algum risco de não recebimento, NBCASP 16.10 prevê que as perdas referentes a esses riscos sejam estimadas e reconhecidas em conta de ajuste, a qual deve ter seu saldo reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que deram causa à sua constituição. Porém, apresentando grau de dificuldade de recebimento e seu histórico de recebimento de créditos apontou que, em média, para a arrecadação de Impostos e Taxas e a Dívida Ativa inscrita, 25% dos valores reconhecidos no ativo são posteriormente recebidos sem a necessidade de procedimentos adicionais de cobranças. Portanto, permitiu concluir que o risco de não recebimento de seus créditos é de apenas 75%, durante os três últimos anos.</p>
<p>Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos: A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável: Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público baseada no histórico de recebimentos passados.</p>
<p>Ativo Imobilizado: A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.</p>
<p>Depreciação, Amortização e Exaustão: Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP e o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.</p>
<p>Estoques: Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques a sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a última aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2019, reconhecendo, assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que nesta entidade não há sistema de controle de estoque.</p>

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município em 31 de dezembro de 2019. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens

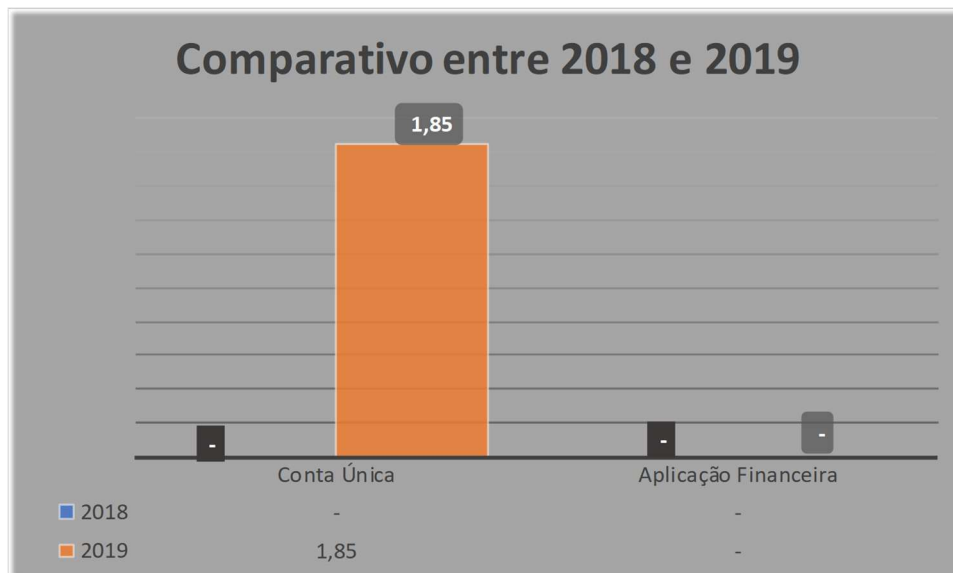


e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, convencionou-se que os ativos se segregam em circulante e não-circulante. Por outro lado, firmou-se que os passivos se segregam também em circulante e não-circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

1. Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações, fundos de aplicação e poupança. Os valores são conciliados e os valores em não conformidade são registrados em relatório próprio para ajuste em momento oportuno. Veja no gráfico sua composição:



2. Ativo Não Circulante – Imobilizado

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

No exercício de 2019 o setor de patrimônio do município cursa um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema integrado de contabilidade, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens móveis e imóveis



a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6, não foi possível concluir a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Valor	
<i>Bens móveis</i>	R\$	128.130,28
<i>Bens imóveis</i>	R\$	107.219,98
Total do Imobilizado	R\$	235.350,26

3. Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.

3.1. Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo **Pessoal a Pagar** é compreendido as obrigações referentes a salários ou remuneração, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

O grupo **Encargos sociais a Pagar**: Compreende as obrigações das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar – CP**, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar, reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativo aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/PE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo **Demais Obrigações a CP** é composta pelas contas de Consignações, Depósitos e Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.

Conta	Valor	
<i>Encargos Sociais a pagar</i>	R\$	483,00
<i>Demais Obrigações a curto prazo</i>	R\$	51.586,77
Total do Passivo Circulante	R\$	52.069,77

4. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi superavitário de R\$ 183.282,34, sendo do exercício um déficit no valor de R\$ 43.806,63, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da



contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 13º salário, férias, etc.

5. Demais elementos patrimoniais

Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram baixados os registros dos contratos em execução no valor de R\$ 62.678,74 tendo em vista o seu encerramento em 31/12/2019.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2019, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ANTENOR JOSÉ DOS REIS NETO
Presidente

MAX WILLAMS DOS SANTOS GOMES
Responsável pelo Controle Interno

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Contadora CRC PE nº 020611/O-4